

## APRESENTAÇÃO

Este briefing temático inaugura uma série de produtos previstos na pesquisa **Futuro do Trabalho & Gig Economy**, desenvolvida pelo **Centro de Ensino e Pesquisa em Inovação da FGV Direito SP**. Neste curto texto, apresentamos os primeiros resultados da análise qualitativa dos projetos de lei (PLs) federais que procuram regular a temática, com enfoque sobre aqueles submetidos durante o período da pandemia de COVID-19. Aqui você encontrará os principais projetos de lei, propostas de definição legislativa e as normas sobre condições de trabalho, benefícios e remuneração mais frequentes. Boa leitura!

### Principais conclusões (*key findings*)

1. A grande quantidade de projetos surge em dois movimentos: projetos pontuais com necessidades específicas, principalmente em razão da pandemia, e projetos abrangentes com objetivo de regular o trabalho nas plataformas digitais de maneira geral;
2. Projetos apresentados a partir da metade do ano trouxeram propostas mais abrangentes;
3. A maioria dos projetos não restringe sua aplicação ao período emergencial da pandemia, ainda que metade deles contenha disposição que faça alguma referência a ela;
4. Dois temas predominaram no conjunto de projetos analisados, independentemente do seu tipo: saúde e segurança no trabalho (ex. fornecimento de equipamentos) e assistência em caso de infortúnios (ex. cobertura em caso de acidentes);
5. Como um ponto de atenção, a maior parte dos projetos não traz definições importantes para a aplicação dos direitos, como o conceito de empresa ou plataforma digital, os critérios para definir quem tem direito e o momento a partir do qual se considera que alguém está prestando serviço na plataforma. Essa ausência tem implicações para judicialização do tema e observância de deveres e direitos.

## CONJUNTURA

A preocupação com o futuro do trabalho não é recente, mas se intensificou nas últimas décadas acompanhando o desenvolvimento tecnológico da Quarta Revolução Industrial.<sup>1</sup> Nesse contexto de profundas e aceleradas transfor-

mações, provocadas pela evolução da tecnologia informacional e computacional, surgem dinâmicas produtivas e sociais, das quais destaca-se a *gig economy*, que trabalhamos à luz da ideia de economia sob demanda.

Caracterizada pelo uso de tecnologias digitais e predomínio de contratos mais flexíveis, a *gig economy* suscita debates sobre a natureza jurídica da relação entre trabalhadores sob demanda e plataformas, as condições em que trabalham, os instrumentos de seguridade adequados para protegê-los, dentre outros.

O tema ganhou mais atenção no Brasil a partir do início da operação de aplicativos de transporte, em 2014, mas recebeu ainda mais destaque na pandemia da Covid-19, em 2020. Durante a crise sanitária, os serviços de *delivery* foram considerados essenciais como ferramenta para viabilizar o distanciamento social de parcela da sociedade e a continuidade da atividade econômica de diferentes setores econômicos, como alimentação (supermercados, restaurantes) e saúde (farmácias).

A ampliação dos serviços de *delivery* no período da pandemia estimulou o debate legislativo acerca do tema. Isso se refletiu em projetos de lei que buscam regular, de forma mais pontual ou mais ampla, o que se identifica por trabalho sob demanda. Para este estudo, foram analisados 40 (quarenta) projetos de lei (PLs), **apresentados no Congresso Nacional entre março e novembro de 2020**. A análise buscou responder às seguintes perguntas:

- O que o legislativo federal brasileiro debate sobre trabalho sob demanda?
- Quais são os temas priorizados?
- Como a Covid-19 se conecta com o debate atual?
- Quais benefícios e direitos os PLs apresentam?

## NOTAS METODOLÓGICAS

Este *briefing* apresenta resultados de uma pesquisa legislativa que tem como objetivo acompanhar a agenda parlamentar de regulação das relações e condições de trabalho intermediadas por plataformas digitais.

Por meio de buscas por palavras-chave nos portais eletrônicos da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, no período de junho a novembro de 2020, retornaram 220 resultados (213 proposições na Câmara e 17 no Senado). Desses, foram excluídos 190 por falta de pertinência temática, de modo a selecionar os 40 projetos que finalmente compuseram a amostra de pesquisa.

Leia o detalhamento da metodologia e o livro de códigos, acessando o link ou o QR CODE: <http://bit.ly/fgvgigbt1expandido>.



Todos os PLs foram codificados independentemente por, pelo menos, dois pesquisadores da equipe a partir de um livro de códigos que se encontra em sua versão 2.1, ainda em aprimoramento. As codificações foram comparadas e uniformizadas, ao fim do que se chegou a uma análise unificada, cujos resultados são apresentados a seguir.

## EM DEBATE: DEFINIÇÕES LEGISLATIVAS

Uma das principais preocupações na análise de qualquer regulação é identificar as definições legislativas. De um lado, os termos não definidos geram insegurança jurídica e transferem para os Poderes Executivo e Judiciário o desafio de interpretá-los no âmbito de regulamentações e decisões judiciais. Por outro lado, cada termo definido é uma escolha legislativa que determina obrigações, direitos e responsabilidades dos atores envolvidos.

Existem definições que são fundamentais, tais como a de tempo engajado no serviço, que estabelece quando começa e termina o cálculo da remuneração ou a incidência de um direito; a ideia de empresa operadora de plataforma, que determina sobre quem incidem deveres; e a própria noção de trabalhador de plataforma, que, por vezes, vem acompanhada da ideia de "habitualidade". Tendo isso em vista, foram selecionadas cinco definições principais para a análise: da atividade em si,

Veja o quadro completo com todos os PLs, acessando o link ou pelo QR CODE ao lado:  
<http://bit.ly/fgvigbt1expandido>.



das empresas, do tempo engajado, das plataformas digitais e dos prestadores<sup>2</sup> de serviço.

A análise identificou que quase metade dos PLs não define expressamente termos empregados na lei. Apenas cinco trazem definições para a maioria dos termos considerados importantes. Ainda, cinco definem o tempo engajado e outros cinco que definem o que são plataformas digitais de serviço. O termo mais definido é prestador (ou entregador) de aplicativo, com 10 PLs com alguma previsão.

O **Quadro 1** apresenta os projetos que receberam maior quantidade de códigos de definições, condições de trabalho, benefícios e remuneração dentre os 40 PLs da amostra.

**Quadro 1** - Comparativo de PLs em relação à presença de definições legislativas

PL COVID <sup>(1)</sup>	×	×	×	☀	☀	×	×	×	☀
Definições	PL 3748 PL 3754	PL 4172	PL 3570	PL 3577	PL 1665	PL 3954	PL 4033	PL 3599	PL 3797
Atividades	✓	×	×	×	✓	×	✓	×	×
Empresas	×	✓	×	✓	✓	×	×	✓	×
Tempo engajado	✓	✓	×	×	×	✓	×	×	×
Plataformas	✓	×	×	✓	✓	×	×	×	×
Prestadores	✓	×	×	✓	✓	×	×	×	✓

Fonte: Elaboração própria.

<sup>(1)</sup> Consideramos "PL COVID", para fins deste quadro, os projetos de lei que condicionam ou atrelam a sua aplicação no tempo ao período de emergência em razão da COVID-19. ☀ = algumas normas do PL estão atreladas ao período de emergência; ☀ = o PL está integralmente atrelado ao período de emergência; × = o PL não atrela suas disposições ao período de emergência, ainda que possa conter normas aplicáveis à doença.

**Box 1 - Exemplos de definições encontradas nos projetos de lei**

<b>Definição de prestadores</b>	<p><i>PL 3538/2020</i></p> <p>Art. 3º Para fins desta legislação considera-se trabalhador habitual: I – o trabalhador que esteve a disposição do aplicativo para trabalhar por no mínimo 40 horas por mês nos últimos três meses; II – o trabalhador que esteve a disposição do aplicativo para trabalhar por no mínimo 40 horas por mês em pelo menos nove meses ao longo dos últimos doze meses;</p>
	<p><i>PL 3797/2020</i></p> <p>Art. 2º Consideram-se prestadores de serviços de aplicativos de entrega e motoristas, os profissionais autônomos, não empregados, não vinculados exclusivamente a uma empresa e que prestam serviço específicos a uma ou mais empresas.</p>
<b>Definição de empresas</b>	<p><i>PL 3577/2020</i></p> <p>Art. 350-A. § 1º Considera-se empresa operadora de aplicativo de entrega qualquer plataforma eletrônica que faça a intermediação entre o fornecedor de produtos e serviços e o seu consumidor</p>
	<p><i>PL 3599/2020</i></p> <p>Art. 1º. Parágrafo único. Para os fins desta Lei, empresa de plataforma digital é a pessoa física ou jurídica que explora comercialmente aplicativo ou outras plataformas de comunicação em rede.</p>

Fonte: Elaboração própria.

## FIQUE DE OLHO: DIREITOS, BENEFÍCIOS E CONDIÇÕES DE TRABALHO

Uma das principais motivações para a apresentação de PLs sobre o tema é a busca por melhorar as condições de trabalho e estipular benefícios aos trabalhadores que prestam serviços em plataformas digitais. O cenário provocado pela COVID-19 deu destaque a temas como saúde e higiene no exercício da atividade laboral, além de gerar debates sobre, por exemplo, a possibilidade de afastamento remunerado por contaminação pela doença.

Neste *briefing*, buscou-se sistematizar essas previsões, por meio de uma análise comparativa entre os PLs. O **Quadro 2** detalha o que

está contemplado e o que está ausente em cada um dos dez projetos destacados acima.

O quadro abrange tanto aquilo que, para efeitos desse estudo, compreendem normas sobre condições de trabalho, quanto normas sobre benefícios sociais e cálculo de remuneração. **Normas sobre condições de**

Veja o quadro completo com todos os PLs, acessando o link ou pelo QR CODE ao lado:  
<http://bit.ly/fgvigibt1expandido>.



**trabalho** compreendem regras que disciplinam aspectos da execução do serviço, como, por exemplo, a exigência de entreposto de apoio para alimentação e uso de equipamentos sanitários. **Benefícios sociais** compreendem regras que garantem proteção social aos prestadores no caso de contingências, tais como plano de saúde (saúde), licenças (saúde ou descanso) e auxílio desemprego (renda). **Normas sobre remuneração** disciplinam critérios para o valor pago pelo serviço.

Aproximadamente 70% dos projetos dispõem sobre condições de trabalho e outros 70% preveem algum benefício. As preocupações mais recorrentes são saúde e segurança (22 projetos) e fornecimento de materiais para o trabalho (20 projetos). Em relação aos benefícios, destacam-se regras sobre infortúnios, tais como adoecimento, danos, roubo ou perda do veículo usado para o trabalho (19 projetos). Finalmente, 33% dos projetos preveem algo sobre remuneração.

**Quadro 2 - Comparativo de PLs em relação à presença de regras sobre condições de trabalho, benefícios e remuneração**

PL COVID <sup>(1)</sup>	×	×	×	☼	☼	×	×	×	☼
Aspecto	PL 3748 PL 3754	PL 4172	PL 3570	PL 3577	PL 1665	PL 3954	PL 4033	PL 3599	PL 3797
Infortúnios	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Saúde e segurança	✓	✓	✓	✓	✓	✓	×	✓	✓
Materiais	✓	✓	✓	✓	✓	×	✓	✓	✓
Seguro	×	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Remuneração	✓	✓	✓	✓	×	×	✓	✓	✓
Descanso	✓	✓	×	✓	✓	✓	✓	✓	×
Informação	✓	✓	✓	✓	✓	×	×	×	✓
Suporte	✓	✓	✓	✓	×	×	✓	×	×
Benefícios remuneratórios	✓	✓	✓	×	✓	×	✓	×	×
Duração de trabalho	✓	✓	×	×	×	×	✓	✓	✓
Alimentação	×	✓	×	✓	✓	✓	✓	×	×
Condições gerais	✓	✓	✓	×	×	✓	×	×	×
Direito coletivo e diálogo social	✓	✓	✓	×	×	✓	×	×	×
Desemprego	✓	✓	✓	×	×	✓	×	×	×
Entreposto	×	×	×	✓	×	✓	✓	✓	×
Treinamento	✓	✓	✓	×	×	×	×	×	×
Previdenciários	✓	✓	✓	×	×	×	×	×	×
Benefícios de saúde	✓	×	✓	×	✓	×	×	×	×
Indenização	✓	✓	×	×	×	×	×	×	×

Aspecto	PL 3748 PL 3754	PL 4172	PL 3570	PL 3577	PL 1665	PL 3954	PL 4033	PL 3599	PL 3797
Licenças diversas	✓	×	×	✓	×	×	×	×	×
Licença-maternidade	✓	×	×	×	×	×	×	×	×
Aposentadoria	×	×	×	×	×	×	×	×	✓
Educação	×	×	×	×	×	×	×	×	×

Fonte: Elaboração própria. <sup>(1)</sup> Para a explicação dos símbolos, confira a legenda do **Quadro 1**. Para o detalhamento dos aspectos indicados, confira o livro de códigos no caderno expandido.

**Box 2 – Exemplos de dispositivos sobre saúde e segurança e infortúnios**

Saúde e segurança	<p><i>PL 3554/2020</i></p> <p>Art.2º. Além de outras medidas eventualmente instituídas as empresas que contratam trabalhadores por aplicativo deverão garantir aos trabalhadores habituais acesso aos Equipamentos de Proteção Individual necessários ao cumprimento do trabalho contratado;</p>
	<p><i>PL 3748/2020</i></p> <p>Art. 18. A plataforma deverá instituir protocolo para assistência ao trabalhador sob demanda em caso de acidente de trabalho, incluindo, quando adequado, a prestação de primeiros socorros e o encaminhamento do acidentado ao serviço de saúde, sem prejuízo da indenização pelos danos sofridos pelo trabalhador.</p>
Infortúnios	<p><i>PL 1665/2020</i></p> <p>Art. 4º A empresa de aplicativo deve assegurar aos entregadores afastados em razão de acidente ou por suspeita ou contaminação pelo coronavírus (Covid-19) a assistência financeira durante o período de afastamento necessário para a recuperação do trabalhador.</p> <p>Parágrafo único. A assistência financeira prevista no caput não pode ser inferior a um salário-mínimo e deve ser calculada de acordo com média das três últimas maiores remunerações percebidas pelo entregador no último ano junto à empresa.</p>
	<p><i>PL 804/2020</i></p> <p>Art. 4º Aos segurados dos regimes previdenciários elencados no caput do artigo 2º desta Lei, fica resguardada a concessão automática dos benefícios por incapacidade temporária de que trata o art. 59 da Lei 8.213, de 24 de julho de 1991, e o art. 185, alínea “d”, da Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e seus congêneres nos Regimes de Previdência Complementar, quando acometidos pela COVID-19 ou quando enquadrados no grupo de risco que dispõe o art. 3º desta Lei.</p> <p>[...] § 3º O benefício por incapacidade temporária será mantido pelo tempo que for necessário para total recuperação imunização do segurado, somente podendo ser cessado quando não mais oferecer risco de contágio às demais pessoas na sociedade e desde que seu emprego ou sua atividade profissional, na condição de contribuinte individual, estejam mantidos e não estejam ameaçadas pela situação de emergência de que trata o art. 1º desta Lei ou por restrição da administração pública local.</p>

## COMENTÁRIOS FINAIS

Este estudo trouxe uma comparação entre os projetos legislativos propostos em 2020, no contexto da COVID-19, considerando a regulação de aspectos da prestação de serviços na *gig economy*.

No âmbito desta análise, pode-se identificar alguns projetos mais pontuais ou circunstanciais e outros mais abrangentes. Dentre esses últimos, destacam-se o PL 3748/2020 (Dep. Tabata Amaral), o PL 3754/2020 (Sen. Alessandro Vieira) e o PL 4172/2020 (Dep. Henrique Fontana). Sem adentrar a qualidade ou o mérito das propostas, os quadros apresentados mostram que elas tocam em vários aspectos do trabalho na economia sob demanda, da previsão de treinamentos à indenização por depreciação de materiais e equipamentos. Ainda assim, existe uma variedade de critérios, definições e previsões legislativas que, por vezes, conflitam entre si.

Por fim, cabe observar que os PLs ainda estão em fase inicial de tramitação e merecem ser discutidos junto a diferentes atores e setores (academia, sociedade civil, inclusive coletivos e associações de prestadores de serviço, empresas e governo), visando, sobretudo, ao aprimoramento das definições e outras proposições.

<sup>1</sup> SCHWAB, Klaus. The fourth industrial revolution. Geneva: World Economic Forum, 2016.

<sup>2</sup> Optamos por utilizar a expressão “prestadores” neste briefing temático por ser mais ampla e frequentemente utilizada no conjunto de PLs analisados para fazer referência aos entregadores e motoristas. Termos menos empregados nos projetos de lei são “trabalhadores”, “empregados”, “profissionais”, dentre outros.

## FICHA TÉCNICA

### REALIZAÇÃO



### Apoio



### EQUIPE

#### Coordenação Geral

Alexandre Pacheco da Silva  
Marina Feferbaum

#### Líder de pesquisa

Ana Paula Camelo

#### Co-líder de pesquisa

Guilherme Forma Klafke

#### Pesquisadores(as)

Ana Carolina R. Dias Silveira  
Bruno Ett Bicego  
Olívia Q. Figueiredo Pasqualetto



Este trabalho está licenciado sob uma licença Creative Commons CC BY Atribuição 4.0 Internacional.

### COMO CITAR ESTE TRABALHO

CENTRO DE ENSINO E PESQUISA EM INOVAÇÃO DA FGV DIREITO SP. *Briefing temático #1: Projetos de lei de 2020 sobre gig economy* - uma sistematização de definições e normas sobre condições de trabalho, benefícios e remuneração. Versão 1.0. São Paulo: FGV Direito SP, 1º dez. 2020.